

# ESPECIAL

## A IMPORTÂNCIA DO COOPERATIVISMO



Referência como um movimento de pessoas, que tem como valor maior a “sua gente”, o cooperativismo brasileiro é também referência por seus benefícios sociais e sua participação expressiva na economia do País. Mesmo diante da crise global, o setor cooperativista destaca-se como alternativa sustentável e faz das dificuldades um caminho para novas oportunidades. A força do cooperativismo brasileiro, portanto, é reconhecida por autoridades e especialistas brasileiros, que manifestam sua percepção e avaliação do setor nos depoimentos a seguir. Vale conferir!



Organização das Cooperativas Brasileiras



“O cooperativismo é uma doutrina que combate a exclusão social e a concentração da riqueza, e estes são os piores inimigos da democracia no interior de cada país, e da paz universal. Portanto, o cooperativismo *[que é o braço econômico da organização da sociedade]* é o maior aliado de governos democráticos sérios, cujos objetivos são os mesmos da cooperação”.

**Roberto Rodrigues, coordenador do Centro de Agronegócios da Fundação Getúlio Vargas (FGV)**



“O cooperativismo brasileiro fortalece sua característica de propulsor do desenvolvimento econômico e de balizador de mercado. Especialmente em momentos de crise internacional, o modelo cooperativista responde com crescimento em ambientes altamente competitivos, expandindo as exportações, aumentando a distribuição de renda, e gerando empregos, sem se distanciar da doutrina e dos princípios que o norteiam”.

**Luiz Roberto Baggio, presidente da Cooperativa Agropecuária Bom Jesus e representante Nacional do Ramo Agropecuário da OCB**

“O cooperativismo deixou de ser apenas uma doutrina bonita, apurada e reconhecida mundialmente, para transformar-se em um grande e eficaz instrumento de transformação da sociedade humana. Em todo o planeta, mais de 750 milhões de pessoas beneficiam-se dos efeitos da cooperação na vida cotidiana. Em Santa Catarina, o cooperativismo reúne 2,5 milhões de pessoas, ou seja, mais de um terço da população local está ligada a essa filosofia de vida. São 858 mil famílias ligadas a 255 cooperativas, que movimentam R\$ 11 bilhões e respondem por 12% do PIB do estado. Cooperativismo significa trabalho, renda, habitação, ensino e assistência. E futuro”.

**Neivor Canton, diretor Financeiro da Coopercentral Aurora**







“O cooperativismo, em todo o mundo, prima por sua capacidade de distribuição mais equânime de riquezas e indução do desenvolvimento regional. No Brasil, a realidade não é diferente, basta observar a participação do setor no PIB nacional”.

**Antonio Chavaglia, presidente do Sistema OCB/Sescoop-GO**

“O cooperativismo é a forma de organização econômica que, em todo o mundo e em mais de um século de existência, foi incorporada por todas as culturas, está presente em todas as regiões, e tem importância significativa em todas as atividades produtivas. Reúne pessoas, gera riqueza e distribui abundância. No caso do setor leiteiro do Brasil, permite ainda que isso ocorra no interior do País, em todos os municípios, nos mais longínquos rincões. Acreditar no cooperativismo é acreditar que é possível conciliar solidariedade, justiça e eficácia”.

**Jacques Gontijo, presidente da CCPR/Itambé**



“As cooperativas contribuem decisivamente para o desenvolvimento socioeconômico do Brasil, pois além de gerarem benefícios diretos aos milhões de cooperados e suas famílias, trazem impactos positivos para as comunidades onde estão inseridas. São inúmeros os exemplos de sucesso das cooperativas, na cidade e no campo, que proporcionam, especialmente aos pequenos empreendedores, ganhos de escala, acesso a informações técnicas, transferência de tecnologia e crédito. O cooperativismo é um caminho ideal para que as pessoas tenham melhores condições de vida. Estamos crescendo de maneira sustentada e trazemos soluções para muitos problemas do nosso país”.

**Edivaldo Del Grande, presidente da Organização das Cooperativas do Estado de São Paulo (Ocesp)**





“Num país como o Brasil, onde a produção agrícola demonstra ser uma das mais eficientes e competitivas do mundo, temos de nos preparar para continuar a conquistar e manter os mercados internacionais, com produtos padronizados, com qualidade e preços cada vez mais competitivos. Temos de demonstrar nossa capacidade de organização e mobilização para retirar as amarras que ainda nos prendem e conquistar o que nos é devido. Nada mais racional e lógico que a organização cooperativa, instrumento econômico e social que contribui para nossa evolução e nos dá o senso de organização e força política de que tanto precisamos”.

**Alysson Paolinelli, produtor rural**

“O Dia Internacional do Cooperativismo confirma a importância de nosso segmento para o desenvolvimento socioeconômico em âmbito mundial. É uma data marcante, quando nos mobilizamos para ressaltar o potencial e a pujança das atividades ligadas a essa excepcional doutrina”.

**Ronaldo Scucato, presidente do Sistema Ocemg/Sescoop-MG e vice presidente da OCB**



“O cooperativismo sempre contribuiu para o desenvolvimento do País, alavancando as comunidades nas áreas econômica e social. E, neste momento de recessão mundial, o cooperativismo está fazendo o papel de estabilizador da economia, e os associados participam dos resultados. No mesmo momento em que grandes empresas administram seus negócios com prejuízos, as cooperativas estão dando mostra de administração, garantindo estabilidade às comunidades onde estão presentes”.

**Dilvo Grolli, diretor-presidente da Coopavel Cooperativa Agroindustrial – Cascavel (PR)**

“Em uma economia de concorrência altamente acirrada, as cooperativas conseguem atuar como empresas. Mas, nenhuma empresa, por mais poderosa que seja, conseguirá trabalhar da mesma maneira que uma cooperativa. Esta precisa ser uma empresa comercial para competir no mercado e, ao mesmo tempo, uma organização cooperativista que retorna os resultados para os seus associados, distribuindo riquezas. Fortalecê-las, em todas as suas ramificações, é construir um futuro melhor para o País.”

**Luiz Lourenço, presidente da Cocamar Cooperativa Agroindustrial e vice-presidente da Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar)**



“O sistema cooperativo se constitui num dos mais importantes instrumentos de inclusão e de desenvolvimento da sociedade, além de ser o único capaz de superar momento de crise como o que o mundo vive nos dias de hoje. Apostando cada vez mais em avanços tecnológicos, científicos, na informação e qualificação de seus quadros, o cooperativismo vem se transformando em uma maneira inovadora de fazer negócios, aumentando a produtividade e promovendo o bem-estar das pessoas e das comunidades. Ou seja, é a face humana do desenvolvimento”.

**Nei César Mânica, presidente da Cotrijal Cooperativa Agropecuária e Industrial – Não-Me-Toque (RS)**

“Como dito pelo cooperativista Roberto Rodrigues, em sessão solene na Assembleia Legislativa do Ceará, às vésperas do Dia Internacional do Cooperativismo, a organização social é preponderante ao desenvolvimento de um país. O caminho está, sem dúvida, na educação, no conhecimento e na capacitação cooperativista. Só assim desenvolveremos, em regiões como o Nordeste brasileiro, essa ferramenta de inclusão social e distribuição de renda”.

**João Nicélio, presidente do Sistema OCB-CE/Sescoop-CE**



## ÍNDICE

Introdução.....	24
Tendências do cooperativismo agropecuário no mundo e os desafios para o Brasil .....	24
O impacto da legislação ambiental premissas para revisão e atualização .....	26
Inserção no mercado internacional .....	28
Ações de sustentabilidade .....	31

## INTRODUÇÃO

O Dia Internacional do Cooperativismo foi comemorado no dia 4 deste mês. No Brasil, os números do cooperativismo impressionam.

As regiões Sul e Sudeste estão na liderança da representação do faturamento bruto do cooperativismo. Paraná, Minas Gerais, São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina concentram a maior fatia desse crescimento.

### Números do OCB

Item	2007	2008
Cooperativas	7.672	7.682
Associados	7.687.568	7.887.707
Faturamento	R\$ 72 bilhões	R\$ 82 bilhões
Exportação	US\$ 33 bilhões	US\$ 40 bilhões

Com uma expansão impulsionada pela geração de emprego e mais renda aos associados, parentes e comunidades, mais brasileiros aderiram ao cooperativismo em 2008.

Em face de seu extraordinário impacto social, a sociedade brasileira precisa ter uma ideia clara da relevância e de como o cooperativismo pode servir de instrumento de desenvolvimento econômico com justiça social.

Os princípios mundiais do cooperativismo servem para combater os efeitos da crise financeira, com:

- Favorecimento de gestões democráticas e transparentes pelos seus sócios;
- Promoção da participação econômica equitativa e priorização dos interesses da comunidade.

Com a atenção da sociedade e dos poderes públicos, o cooperativismo no Brasil, que já é uma realidade extraordinária, pode ser ainda muito mais importante se derem mais atenção à atividade.

O debate sobre o cooperativismo avança e atingiu grande nível de sofisticação. Os projetos de lei monitorados pela OCB abrangem da agropecuária à educação, além das relações de trabalho e emprego.

A atuação estratégica da OCB objetiva fortalecer e disseminar o modelo cooperativista. Nessa caminhada, há antigos e novos desafios, como a busca por um tratamento tributário mais adequado às especificidades do setor, a regulação da legislação para que cooperativas possam prestar serviços públicos, adaptação da lei de recuperação judicial, maior proteção e ampliação do crédito rural, entre outros.

## TENDÊNCIAS DO COOPERATIVISMO AGROPECUÁRIO NO MUNDO E OS DESAFIOS PARA O BRASIL

Sigismundo Bialoskorski Neto\*

Novos desafios são colocados para as cooperativas agroindustriais. Algumas cooperativas europeias, como a Arla Foods, que mantém atividades em vários países, ou a Glanbia, que mantém prioridades e negócios internacionais, optaram pela internacionalização de seus negócios em função de mudanças de parâmetros comerciais, e da necessidade de crescimento em escala global de atividades.

Mas, quando se analisam essas estratégias de internacionalização, não é possível esquecer que as cooperativas agropecuárias são organizações que encontram desafios ao longo do processo de crescimento.

O mais importante é o desafio da governança, tanto de plantas industriais em diferentes países como na governança de membros em outros países, sem que a cooperativa perca sua origem. A estratégia pode implicar um afastamento dos sócios originais da cooperativa, de seu local geográfico, e do espaço de competência de sua gestão, processo chamado de “deslocalização”.

O outro desafio é o de encontrar formas de capitalização viáveis para permitir a continuidade do processo de crescimento, da internacionalização e dos ganhos de eficiência. As cooperativas na Alemanha tiveram nos últimos anos algumas modificações na sua legislação de forma a permitir a sua capitalização. A legislação cooperativa alemã permite a figura do investidor nas sociedades cooperativas, da mesma forma que já ocorre também na América do Norte. Mas, apesar disso, não se verificou nem um aumento de capitalização dessas organizações nem o seu crescimento, ao contrário, se verificou uma acentuada “desmutualização”, ou seja, a conversão de várias grandes cooperativas



em empresas de capital chamadas de IOF (*Investidor Oriented Firms*), como o exemplo da Agravis.

Esse não é um fato isolado, pois o mesmo fato ocorreu com a importante Moshav, em Israel, e com algumas importantes cooperativas no Canadá, a exemplo da Saskatchewan Wheat Pool. A questão hoje é de suma importância tanto que em *workshop* na Universidade Hebraica de Jerusalém vários professores e pesquisadores do assunto colocaram as questões: “Por que ocorre esse processo de “desmutualização”? “Por que esse processo ocorre somente com algumas cooperativas?”

Não há uma fácil resposta, e muito menos um consenso a respeito. O professor. M. Cook, dos Estados Unidos (EUA), argumentou durante as discussões que esse processo ocorre em função de um ciclo de vida específico das cooperativas e, em determinado momento, a “desmutualização” ocorreria como forma estratégica para manter a continuidade do crescimento, proporcionar uma capitalização mais ágil, e permitir uma governança mais flexível capaz de internacionalizar suas atividades. Outra explicação plausível foi discutida pelo professor Fulton, do Canadá, a presença de um superintendente/gerente CEO objetivo, com autonomia, e com preparo apenas para a gestão de empresas não cooperativas. Neste caso, a “desmutualização” seria indicada como um caminho viável de tornar a sua gestão de CEO independente da intervenção de diretores e conselheiros, para permitir a presença de investidores e capital, como para melhorar a sua própria remuneração.

Fato é que, nessas análises, não há explicação para compreender as cooperativas que crescem, internacionalizam-se e profissionalizam a gestão, mas que continuam sob a mesma forma de governança cooperativa.

A dúvida persiste também quando se analisa outros países, entre esses o Brasil, onde o processo de “desmutualização” ainda não ocorreu, provavelmente, devido a condições institucionais e legais que impedem e não permitem vantagens econômicas dessa estratégia.

Isso pode ser explicado no Brasil, uma vez que as altas taxas de juros ainda em parte cobradas impedem um processo de abertura de capital ou de emissão de títulos de forma eficiente, pois o custo de oportunidade do capital do investidor ainda é alto no País. Ainda as vantagens tributárias das cooperativas impedem qualquer processo de “desmutualização” que não tenha um ganho adicional significativo. Por último, pelo fato de que a gestão nas cooperativas ser efetuada no Brasil diretamente pelos produtores associados, não tomadores de risco, e sem a presença de um profissional CEO com autonomia, o que impede que essa alternativa de “desmutualização” fosse uma estratégia de vigor e exequível.

De outro lado, em um futuro próximo, teremos no Brasil alguns grandes desafios. A redução das taxas de juros criará, dia após dia, um menor custo de oportunidade para o capital de investidores e, assim, permitirá um mercado financeiro cada vez mais eficiente. Essa tendência indicará às cooperativas agropecuárias a capitalização por meio de títulos ou do mercado financeiro na forma de capital aberto como uma alternativa importante. Se nesse momento a legislação brasileira não permite que isso ocorra na forma cooperativa, possivelmente a alternativa de “desmutualização” poderá passar a ser viável.

Fato é que esses novos desafios são colocados no Brasil em médio prazo, mas neste momento, provavelmente, algumas cooperativas europeias discutem a sua transformação em empresas de capital, com capital aberto, investidores e uma forma flexível de gestão.

Como fica o associado, membro e produtor rural nesse processo? É uma ótima questão. Quando eu a fiz para o prof. Fulton, ele me disse que não sabia se no Canadá esses produtores sentiram a diferença, no caso da conversão da Saskatchewan Wheat Pool em empresa de capital aberto, e eu repliquei a ele: “*se isso é verdade é porque a cooperativa já não mais apresentava os benefícios de uma cooperativa e o processo pode ter sido inevitável. Na ausência de benefícios tanto faz para o produtor rural membro a*



*forma organizacional, mas em nível econômico como acionista ele deve optar pela conversão em empresa não cooperativa”.*

Assim, há indícios de que só se opta por uma estratégia exclusivamente financeira, como a “desmutualização”, se o quadro social estiver sem perceber a importância de sua cooperativa, sem incentivos. Mais uma vez, a organização do quadro social, ou a gestão do capital social, e a educação cooperativa são a diferença que somente uma gestão formada por membros pode perceber.

Paul Hazen, da NCBA,<sup>1</sup> declarou em recente seminário acadêmico no Co-Operative College, em Manchester, que há no Estados Unidos casos de cooperativas que se tornaram IOF e retornaram a forma cooperativada em função do descontentamento de seus associados com essa estratégia, particularmente quanto à quebra de relações estáveis de contratos. Mais uma vez, a educação cooperativa parece ser uma variável fundamental, tanto direcionada ao associado, para perceber a importância de sua cooperativa, quanto aos dirigentes, de forma a prepará-los para a gestão de uma organização diferente e com função social.

Mas isso não é novidade, pois em 1844 alguns tecelões já afirmavam a importância da educação cooperativa para a integridade de negócios da organização. Talvez esse seja ainda, depois de 165 anos, o nosso maior desafio. “Educar para a cooperação”. Este foi um dos temas de conferência no Co-Operative College, em Manchester, na Inglaterra, e talvez a resposta do sistema cooperativo à onda da “desmutualização”.

\* Professor titular e vice-diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo. Coordenador do Observatório Socioeconômico do Cooperativismo, convênio OCB-USP, e do Programa de Estudos e Pesquisas em Cooperativismo (E-Coop).  
www.fearp.usp.br/cooperativismo

1. National Cooperative Business Association.

## O IMPACTO DA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL PREMISSAS PARA REVISÃO E ATUALIZAÇÃO

Leonardo Papp\*

A relação do ser humano com o meio ambiente é, certamente, um dos temas mais discutidos e delicados da atualidade, na medida em que, inevitavelmente, conduz a valores que aparentemente podem se revelar colidentes, tais como a necessidade de garantir e ampliar a produção de alimentos ou a necessidade de utilização de matéria-prima florestal e, de outra parte, as restrições cada vez mais severas à utilização de propriedades rurais impostas pela denominada “legislação ambiental”.

Assim como ocorre nos mais variados segmentos da sociedade, as discussões relativas à proteção e preservação dos recursos ambientais também assume especial relevância no cooperativismo brasileiro, antes de tudo porque o “interesse pela comunidade” constitui um de seus mais basilares princípios.<sup>1</sup>

Não obstante isso, diante de restrições legais de caráter “ambiental” que, não raramente, estão descompassadas com a realidade técnica e fática, diversos ramos de atuação do sistema cooperativista vêm encontrando crescentes dificuldades em manter e ampliar suas atividades. É o que se pode identificar de modo especialmente presente nas cooperativas agropecuárias, cujas atividades detêm significativa representatividade no PIB nacional do setor (38,45%).<sup>2</sup>

Isso porque, caso fossem aplicadas de modo literal as imposições da legislação de cunho ambiental atualmente existentes, muitas das áreas hoje destinadas, por exemplo, à produção de alimentos inevitavelmente deveriam ser pura e simplesmente paralisadas<sup>3</sup> e os produtores rurais que as utilizam, não raramente há décadas, poderiam ser, inclusive, criminalmente responsabilizados.<sup>4</sup>

Diante desse cenário é que, no âmbito do sistema cooperativista, intensificam-se os debates relativos à premente necessidade de rever alguns pontos da legislação ambiental, notadamente no que se refere às denominadas Áreas de Preservação Permanente e à Reserva Legal,<sup>5</sup> de modo a buscar saídas que possam, concomitantemente:

- (i) superar o viés social e economicamente excludente que a sua literal aplicação acarretaria; e
- (ii) conduzir à efetiva compatibilização entre a preservação do meio ambiente e a realização de atividades econômicas indispensáveis para o desenvolvimento nacional, para a geração de empregos e para a redução do êxodo rural e das desigualdades sociais.

Entretanto, para que tais objetivos possam ser atingidos, mais do que meramente apresentar e discutir propostas de novas redações para tais figuras jurídicas, considera-se imprescindível identificar e fixar premissas norteadoras para a necessária revisão da legislação ambiental,<sup>6</sup> inclusive e especialmente aquela aplicável ao setor agropecuário.

### O desenvolvimento sustentável como *ultima ratio* da legislação ambiental

A proteção jurídica do meio ambiente não pode ser tratada como um fim em si mesma, como se pudesse estar absolutamente apartada dos impactos sociais e econômicos que acarretam no desenvolvimento de atividades humanas.

Nesse sentido, emblemático é o conteúdo do Princípio n. 1 da Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Cnumad), a saber: “os seres humanos constituem o centro das preocupações relacionadas ao meio ambiente. Têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza”.



É dizer, mesmo quando estiver disciplinando a utilização e proteção de recursos naturais, a legislação deve ter como objetivo final a busca da promoção de “desenvolvimento sustentável”, o que também pressupõe a necessidade de se garantir um meio ambiente socialmente justo e economicamente viável.

A inevitável vinculação da denominada legislação ambiental a aspectos sociais e econômicos também se revela quando se tem em mente que a “dignidade da pessoa humana”, os “valores sociais do trabalho e da livre iniciativa”, o “desenvolvimento nacional”, a “erradicação da pobreza e da marginalidade”, além da “redução das desigualdades sociais e regionais” foram expressamente indicados como fundamentos e objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (arts. 1º e 3º, CRFB/88).

Assim, *a promoção do desenvolvimento sustentável emerge como premissa para a produção, revisão e atualização da legislação ambiental, a qual deve estar direcionada à garantia não apenas da preservação dos recursos naturais, mas também na construção de um ambiente socialmente justo e economicamente viável.*

### **A legislação ambiental diante das peculiaridades regionais: o papel dos estados na produção da legislação ambiental**

Além de não se restringir a questões estritamente ecológicas (posto estar direcionada ao objetivo mais amplo de promover desenvolvimento sustentável), a produção da legislação ambiental também deve levar em consideração as peculiaridades regionais que inevitavelmente estão presentes num país de dimensões continentais como o Brasil.

Atenta a tal necessidade, especificamente no que concerne à produção da legislação ambiental, a CRFB/88 elegeu o denominado sistema de competências legislativas concorrentes, textualmente consignando que “a competência da União limitar-se-á a editar normas de caráter geral” (Art. 24, I).

Não obstante as dificuldades inatas à operacionalização de tal sistema de distribuição de competências legislativas,<sup>7</sup> não se afigura despropositado afirmar que o texto constitucional, ao restringir expressamente o papel da legislação federal a normas de caráter geral, procurou conferir e resguardar importante papel à produção normativa em matéria ambiental dos demais entes federativos (estados, Distrito Federal e municípios).

É dizer “as normas gerais são aquelas diretrizes essenciais que deverão ser suplementadas ou especificadas pela legislação estadual ou distrital, e, caso desçam a detalhes, elas deverão ser consideradas inconstitucionais por invadirem a competência dos estados e do Distrito Federal” (Ferreira, 1990, p. 96).

Todavia, o que atualmente se verifica é uma excessiva concentração da União na produção da legislação ambiental, que não raramente disciplina a matéria de forma exaustiva, de modo a restringir indevidamente o âmbito de atuação dos estados quanto à matéria, o que constitui um dos elementos decisivos da ineficácia na implementação de regras de proteção ambiental.

Assim sendo, a legislação de proteção dos recursos naturais também deve ter como premissa para a sua produção, revisão e atualização *a priorização do papel dos estados na edição de normas que possam atender às peculiaridades regionais nos mais diversos aspectos (ambientais, sociais, históricos etc.)*, restringindo-



se a União a definir diretrizes e linhas mestras que possam ser uniformemente aplicáveis a todo o território nacional.

### Redistribuição dos ônus ambientais: a sociedade como destinatária final

A necessária revisão e atualização da legislação ambiental também deve preconizar a redistribuição dos ônus decorrentes da implantação de medidas de preservação dos recursos naturais, sendo imperioso reconhecer que “contaminar tem, pois, um custo social e evitar a contaminação também o tem” (Aragão, 1997, pág. 95).

Em primeiro lugar, a legislação de preservação dos recursos naturais deve romper com a estratégia puramente repressiva que atualmente a caracteriza, que transforma notadamente o produtor rural em destinatário quase que exclusivo de diversas obrigações de cunho ambiental.

Dito de outra forma, a eficácia das normas proteção ambiental também pressupõe a inserção, de modo sério e efetivo, de instrumentos econômicos capazes de estimular a preservação de recursos ambientais, notadamente por meio da viabilização do “pagamento de serviços ambientais” a produtores rurais cujas propriedades não puderem ser, ainda que parcialmente, utilizadas em condições de igualdade diante da imposição de restrições decorrentes de normas jurídicas de preservação ambiental.

Isso porque, “nestas hipóteses, o interesse particular cede ao interesse social, sendo verdadeiramente atingida a substância de seu direito. [...] Em nome do princípio da ‘igualdade dos ônus dos administrados em face do Estado’, cabe indenização. A entender-se de outro modo, alguns seriam forçados a suportar desproporcionalmente ônus estabelecidos em nome do interesse de todos, no que estaria ferido o princípio constitucional da isonomia” (Bandeira de Mello, 2001, págs. 702-704).

É dizer “a produção, revisão e atualização da legislação ambiental também deve ter como premissa que a adoção das medidas de proteção dos recursos naturais constitui um ônus que deve ser distribuído e suportado por toda a sociedade, sendo devido o pagamento pelos serviços ambientais prestados pelo produtor rural em decorrência de restrições à utilização de sua propriedade impostas pela incidência de normas legais atinentes à matéria.

atuando em 13 setores da economia, a saber: agropecuário, consumo, crédito, educacional, especial, habitacional, infraestrutura, mineral, produção, saúde, trabalho, transporte, turismo e lazer.

3. Embora não haja consenso entre os dados que indicam o impacto da legislação ambiental em áreas já empregadas para atividades agropecuárias, há informações no sentido de que, por exemplo, 80% da produção de uvas no Rio Grande do Sul, 48% da produção de café de Minas Gerais, além de significativa parcela da produção de maçãs em Santa Catarina são cultivadas em áreas de encostas, sendo que a imposição literal da atual legislação ambiental conduziria à ilegalidade de extensas áreas (FPA, 2009).

4. A criminalização de condutas relacionadas ao meio ambiente está disciplinada, basicamente, na Lei Federal 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais).

5. Trata-se de institutos jurídicos atualmente disciplinados, basicamente, pela Lei Federal 4.771/65 (Código Florestal Brasileiro) e em Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), com critérios previamente estabelecidos de modo exaustivo para todo o território nacional. Na dicção legal, “Área de Preservação Permanente” (APP) é aquela “coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem-estar das populações humanas” (Art. 1º, II), entre as quais se inserem, por exemplo, faixas ciliares ao longo de cursos d’água, ao redor de nascentes, lagos e lagoas, em topo de morros e em encostas (Art. 2º). Já a denominada Reserva Legal (RL) é considerada a “área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de preservação permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção de fauna e flora nativas” (Art. 1º, III), incidindo sobre percentuais que variam de 20% a 85% de cada imóvel rural, dependendo do bioma onde estiver localizada.

6. Tais premissas devem decorrer, precipuamente, da adequada e sistemática compreensão do texto da Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88), levando em consideração os diversos valores plasmados em seu texto. Nesse sentido, aliás, assume relevância, como postulado de hermenêutica constitucional, o denominado princípio da concordância prática, que “impõe a coordenação e combinação dos bens jurídicos em conflito ou em concorrência de forma a evitar o sacrifício (total) de uns em relação aos outros” (Canotilho, 1992, pág. 234).

7. Segundo Luis Roberto Barroso (1993), “a tutela dos interesses ambientais enfatiza certas peculiaridades do federalismo brasileiro, por envolver o exercício de competências político-administrativas comuns e competências legislativas concorrentes entre União, estados e municípios. Os balizamentos constitucionais da esfera de atuação de cada entidade nem sempre são objetivamente aferíveis, e caberá ao Judiciário dirimir os conflitos, que se afiguram inevitáveis”.

## INSERÇÃO NO MERCADO INTERNACIONAL

Evandro Scheid Ninaut<sup>1</sup>  
Marcos Antonio Matos<sup>2</sup>  
Gustavo Rodrigues Prado<sup>3</sup>  
Patricia Medeiros Moreira<sup>4</sup>

As cooperativas são representadas no Brasil pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), entidade que tem como missão “representar e fortalecer o cooperativismo brasileiro, promovendo sua identidade e reconhecendo sua diversidade”, e visão “ser referencial do cooperativismo brasileiro, de sua identidade,

\* Advogado especialista em Direito Ambiental

1. O sistema cooperativista é baseado em sete princípios, os quais consubstanciam “[...] linhas orientadoras por meio das quais as cooperativas levam os valores à prática. Foram aprovados e utilizados na época em que foi fundada a primeira cooperativa no mundo, na Inglaterra, em 1844”, sendo eles: i) adesão voluntária e livre, ii) gestão democrática, iii) participação econômica dos membros, iv) autonomia e independência, v) educação, formação e informação, vi) intercooperação, e vii) interesse pela comunidade. O conteúdo deste último princípio cooperativista assevera que “as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das comunidades por meio de políticas aprovadas pelos membros” (OCB, 2009).

2. Certamente o ramo agropecuário é aquele que mais diretamente sofre os impactos da legislação ambiental no desenvolvimento de suas atividades. Todavia, em alguma medida, tais reflexos também podem ser percebidos nos demais ramos de atuação cooperativista. Atualmente, existem no Brasil cooperativas

estimulando a intercooperação e ampliando sua participação socioeconômica”. Para tanto, a entidade está envolvida na promoção, no fomento e na defesa do movimento cooperativo, em todas as instâncias políticas e institucionais, além de prospectar oportunidades de negócio para o setor, visando a preservar sua diversidade e fomentar sua participação socioeconômica.

O Sistema Cooperativista Brasileiro está presente em 26 estados da Federação e no Distrito Federal, totalizando 7.682 cooperativas, 7,89 milhões de associados e 255,56 mil empregos diretos gerados em 2008. Representou, no mesmo ano, 6,5% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, obtendo um faturamento de R\$ 84,93 bilhões e exportações diretas de US\$ 4,01 bilhões.

A capacidade das cooperativas de absorver inovações tecnológicas resultou em significativas transformações no processo produtivo e na ampliação da intercooperação. Tal tendência é demonstrada pelo ganho de escala na estratégia de investimentos industriais e de *marketing*, proporcionado pela agregação de valor aos produtos.

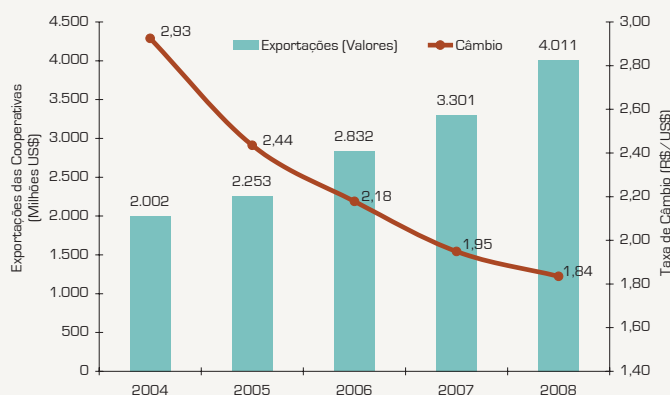
Considerando-se a influência econômica e social do cooperativismo e os desafios advindos com a crise financeira internacional, o presente artigo tem o objetivo de analisar o desempenho das exportações diretas das cooperativas brasileiras, apresentando as suas vantagens competitivas diante das incertezas globais.

## Exportações do Cooperativismo

### Dados de 2008 (jan- dez)

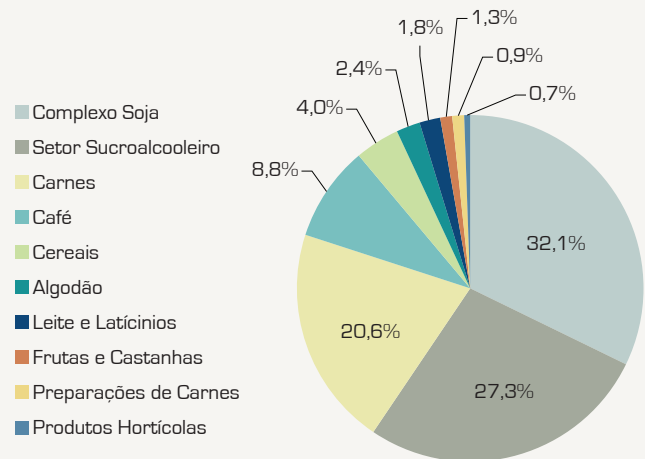
As exportações diretas das cooperativas, no acumulado de janeiro a dezembro de 2008, somaram US\$ 4,01 bilhões, conforme mencionado acima, enquanto em 2007, foram US\$ 3,30 bilhões. A variação entre esses anos demonstra um crescimento de 21,5% no total exportado.

### Exportações diretas das cooperativas brasileiras



Fonte: MDIC/Secex (2009); OCB/Gemerc (2009)

### Participação dos produtos exportados pelas cooperativas brasileiras, 2008



Fonte: MDIC/Secex (2009); OCB/Gemerc (2009)

ção do cooperativismo, com destaque para os produtos do complexo soja, do setor sucroalcooleiro e das carnes.

O complexo soja, que engloba o grão, o óleo e o farelo, apresentou maior participação nas vendas diretas das cooperativas brasileiras, representando 32,13% das exportações totais. Na segunda colocação, figura o setor sucroalcooleiro (27,32%), que corresponde aos açúcares e ao álcool etílico e, na terceira posição, as carnes (20,61%). O café, trigo, algodão, leite e derivados, e milho figuram na sequência, com representações de 6,82%, 3,11%, 2,42%, 1,75% e 1,29%, respectivamente. Dessa forma, os produtos citados são considerados os principais da pauta.

Em relação aos principais mercados de destino, a Alemanha e os Países Baixos se destacaram nas importações dos produtos comercializados pelas cooperativas. Em 2008, a Alemanha representou 11,27% das exportações, com um total de US\$ 452 milhões. Os Países Baixos mostraram uma participação de 10,36% e importações de US\$ 415,43 milhões.

Na sequência do *ranking* está a China, com uma parcela de 10,12% e US\$ 405,94 milhões de importações no acumulado de janeiro a dezembro de 2008. No mesmo período do ano anterior, a participação foi de apenas 8,87% e US\$ 292,85 milhões.

Os Estados Unidos foram responsáveis por US\$ 363,85 milhões nas importações, o que representa 9,07% do total exportado pelas cooperativas em 2008. No mesmo período do ano anterior, a participação foi de 5,58%. O Japão, a Rússia e a Arábia Saudita aparecem na sequência, com participações de 6,53%, 5,11% e 4,02%, respectivamente.

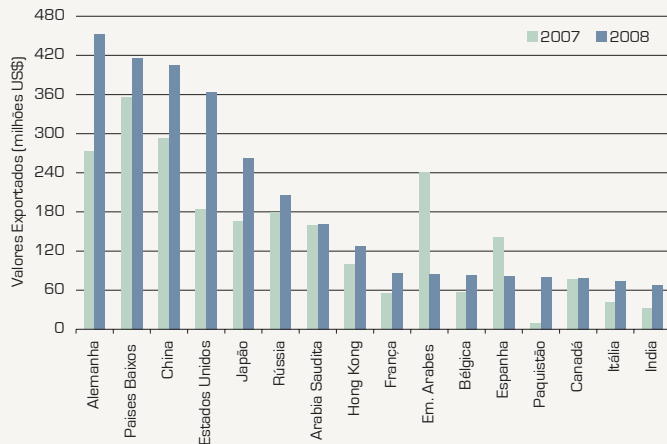
Um ponto que merece destaque no acumulado de janeiro a dezembro de 2008 é a participação crescente de países emergentes nas compras de produtos das cooperativas, o que reflete os esforços de inteligência comercial da OCB e da política externa brasileira nos últimos anos. Como exemplo, pode-se

Em relação às vendas externas, as cooperativas ligadas ao agronegócio possuem liderança absoluta na pauta de exporta-



destacar a presença do Paquistão, com um total de US\$ 80 milhões, o que representa uma parcela de 2% das vendas diretas das cooperativas.

### Principais mercados importadores das cooperativas brasileiras

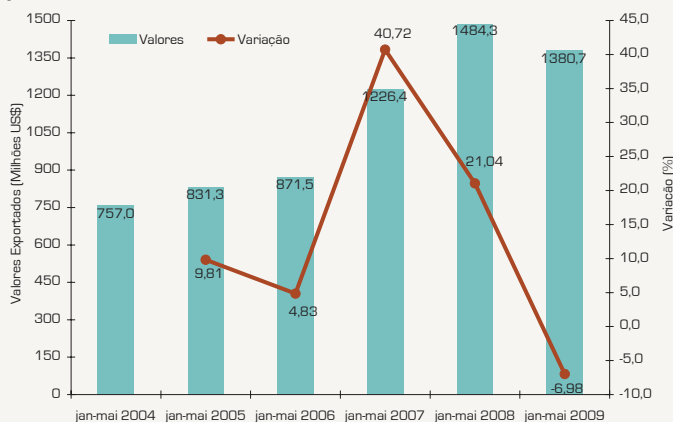


Fonte: MDIC/Secex (2009); OCB/Gemerc (2009)

### Dados de 2009 (jan- maio)

As exportações diretas das cooperativas, nos primeiros cinco meses de 2009, somaram US\$ 1,38 bilhão, enquanto no mesmo período de 2008 foram US\$ 1,48 bilhão, decréscimo de 6,98% nos valores totais exportados. Destaca-se que os valores obtidos estão abaixo dos patamares alcançados em 2008. Contudo, o faturamento com as exportações está acima dos níveis observados nos anos anteriores.

### Exportações das cooperativas brasileiras no período de janeiro a maio de 2004 a 2009

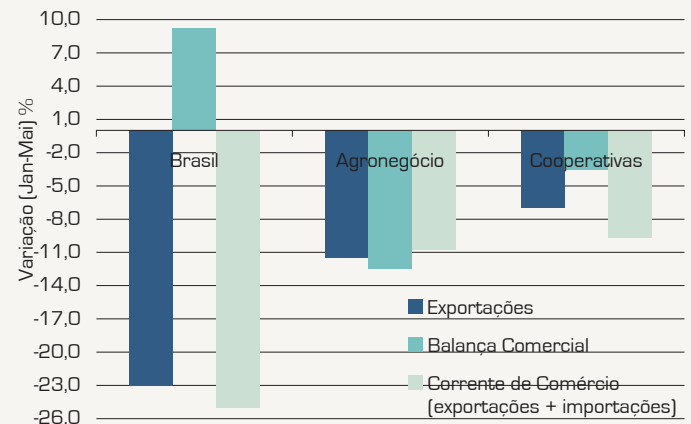


Fonte: MDIC/Secex (2009); OCB/Gemerc (2009)

A despeito da retração observada nas vendas externas das cooperativas, o setor apresenta desempenho superior quando se

compara com as exportações da economia brasileira e do agronegócio, que retraíram 22,99% e 11,50%, respectivamente.

### Desempenho das exportações, balança e corrente de comércio da (janeiro a maio)



Fonte: MDIC/Secex (2009); OCB/Gemerc (2009)

### Considerações

Como considerações finais, o desempenho das cooperativas brasileiras mostra um cenário com fundamentos sólidos, a despeito dos impactos da crise financeira mundial. De acordo com os resultados apresentados, as cooperativas apresentaram evoluções significativas nas relações comerciais no âmbito internacional. Dessa forma, o cooperativismo se consolida como grande força da economia brasileira, por meio do desenvolvimento sustentável e da geração de emprego e renda para os associados.

Os reais impactos da crise financeira na economia real, bem como as barreiras tarifárias e não tarifárias e a disponibilidade de crédito nos processos produtivos e financiamento das exportações, configuram-se como preocupações primordiais. Assim, os esforços da OCB se justificam na defesa dos interesses das cooperativas, destacando-se as políticas voltadas para apoio da produção e da comercialização, do crédito de custeio e de investimento.

Também fazem parte das metas da OCB o fortalecimento das estruturas administrativas das cooperativas e um amplo programa de capacitação dos seus associados, trabalho já desenvolvido pelo Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop).

1. Economista, especialista em Gestão de Cooperativas, gerente de Mercados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).
2. Engenheiro agrônomo, M.Sc., assessor econômico de Mercados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).
3. Administrador rural, especialista em Marketing, assessor econômico de Mercados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).
4. Administradora de Comércio Exterior, especialista em Comércio Exterior, assessora econômica de Mercados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).

## AÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

Evandro Scheid Ninaut<sup>1</sup>  
Marcos Antônio Matos<sup>2</sup>  
Gustavo Rodrigues Prado<sup>3</sup>

Em seu papel de representação, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) atua em prol dos interesses e necessidades do cooperativismo do País, com ações que visam à promoção, ao fomento e à defesa do movimento em todas as instâncias políticas e institucionais. A OCB é uma das entidades fundadoras do Ares – Instituto para o Agronegócio Responsável, instituição sem fins lucrativos que busca contribuir para o desenvolvimento da sustentabilidade, com ênfase na atividade agropecuária e agroindustrial brasileira, por meio da geração e difusão de conhecimento e da estruturação de canais permanentes de diálogo com as partes interessadas.

Nesse sentido, a OCB estabeleceu parcerias com importantes entidades do agronegócio, com o objetivo de ampliar as ações voltadas para a produção sustentável de alimentos no Brasil. Em destaque, os projetos realizados em com o Instituto Nacional de Processamento de Embalagens Vazias (inpEV), a partir de iniciativas para a destinação final de embalagens vazias de defensivos agrícolas, e com a Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), por meio da participação das cooperativas no Prêmio Mérito Fitossanitário.

### Embalagens vazias

A participação da OCB como sócia fundadora do inpEV resultou na campanha nacional de destinação adequada de embalagens vazias de agrotóxicos. As cooperativas estão inseridas na comercialização e no consumo desses produtos, e, por isso, são necessárias ações para a conscientização e atitude sobre o adequado manuseio e a correta destinação das embalagens, o que inclui a tríple lavagem. É fato de fundamental importância a educação, a orientação e o esclarecimento da sociedade para a produção sustentável de alimento e a proteção dos recursos naturais.

As parcerias estabelecidas e os convênios firmados permitiram a implantação de diversas centrais de recebimento de embalagens no Brasil, que reduzem a quantidade abandonada nas lavouras, estradas e margens de mananciais d'água. Esse trabalho garantiu agilidade, eficiência e segurança ao processamento de embalagens vazias de defensivos agrícolas, desde sua retirada até a correta destinação final, reciclagem ou incineração. Além de contribuir para preservar o meio ambiente por meio de programas de educação e conscientização, e de uma ampla e complexa operação de infraestrutura, logística e de tecnologia, o inpEV desempenha hoje um importante papel social.

Dados de 2008 evidenciam os resultados dessas ações, quando o instituto somou o total de 76 empresas no quadro

de associados, fabricantes e registrantes de defensivos agrícolas no Brasil. No mesmo período, 95% das embalagens primárias dessas organizações foram devolvidas nas 399 unidades de recebimento, instaladas nas principais regiões agrícolas do País, gerenciadas por cerca de 2,9 mil distribuidores e cooperativas. No período de 2002 a 2006, 98 mil toneladas de equivalente carbono deixaram de ser emitidos com a atuação desse programa, o que corresponde ao plantio de 491 mil árvores.

Ainda em 2008, o Dia Nacional do Campo Limpo reuniu mais de 117 mil pessoas em 99 municípios de 23 estados brasileiros, e passou a representar uma das principais iniciativas promovidas pelo sistema de destinação final em prol da educação e conscientização ambiental.

### Mérito fitossanitário

O Prêmio Mérito Fitossanitário é o reconhecimento àqueles que se destacam nas iniciativas de educação e treinamento do produtor rural por meio de ações de responsabilidade social e ambiental para a promoção do “desenvolvimento rural e agrícola sustentável”, de acordo com o Capítulo 14 da Agenda 21. São projetos desenvolvidos por indústrias de defensivos agrícolas, canais de distribuição, centrais de recebimento de embalagens vazias e seus profissionais.

A premiação é uma realização da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef), com o apoio da OCB, do inpEV e da Associação Nacional dos Distribuidores de Insumos Agrícolas e Veterinários (Andav). A parceria institucional permitiu dar mais visibilidade também às experiências bem-sucedidas das cooperativas, ampliando a percepção da sociedade sobre essas organizações, que são exemplos de autogestão, além de alternativa de desenvolvimento socioeconômico, justiça social e democracia. Como exemplos, citam-se iniciativas do setor voltadas à educação e ao treinamento sobre o uso correto e seguro de produtos fitossanitários.

O movimento cooperativista também se destaca na realização de ações de responsabilidade social e ambiental, que contribuem decisivamente para a adoção das boas práticas agrícolas, visando à produção econômica de alimentos saudáveis, assim como a melhoria de indicadores sociais e ambientais. Em 2008, por exemplo, as cooperativas participantes, filiadas ao Sistema OCB, juntamente com empresas e revendas de defensivos agrícolas, desenvolveram 8.760 atividades, entre elas, palestras, dias de campo, treinamento, participação em eventos, mensagens na mídia e cursos *online*, atingindo um público estimado de 8,7 milhões de pessoas.

Essas ações estavam focadas em critérios como sustentabilidade, intercooperação, voluntariado, criação e inovação, e cidadania, além da busca por novas parcerias. Quando se fala em sustentabilidade, a referência são as atividades para a conservação do meio ambiente e o uso seguro e correto de produtos fitossanitários. Na mesma linha, há também uma avaliação quanto à importância da continuidade dos trabalhos.

A vantagem intrínseca do sistema cooperativista, de estimular esforços individuais, canalizando-os para ações coletivas, vem somar-se a esses fatores. Nesse sentido, está o processo de intercooperação, que diz respeito à integração de cooperativas ao longo das cadeias agroindustriais, da obtenção de recursos financeiros, passando pelo processo de produção, até o transporte e a comercialização dos produtos.

Nesse processo, abre-se espaço a novas saídas e soluções para problemas decorrentes do uso incorreto dos produtos fitossanitários e para melhoria nos indicadores sociais e ambientais. Contribuindo para a promoção de um desenvolvimento sustentável, fomenta-se também a inclusão social e a prática do voluntariado nas comunidades onde as cooperativas se fazem presentes. À continuidade de projetos com esse perfil, que são exemplos para a sociedade, e ao fomento à maior abrangência e resultados das ações, soma-se também o espaço para novos parceiros, como órgãos de extensão rural, universidades, escolas técnicas, canais de distribuição e prefeituras.

### A Premiação

Os resultados aparecem também na premiação. Na categoria Canal de Distribuição, foram contempladas as cooperativas Camda (SP), Cooxupé (MG) e Coplana (SP). Na mesma categoria, foram entregues troféus para os profissionais que se destacaram em 2008, nas ações voltadas para a questão fitossanitária e de responsabilidade socioambiental.

Em Projetos, os dois trabalhos desenvolvidos pela Cocamar Cooperativa Agroindustrial (Tecnologia de Aplicação e Cultivar), juntamente com parceiros, foram contempladas nas categorias Uso Seguro e Correto de Produtos Fitossanitários e Responsabilidade Socioambiental.

**Aplicação** – Um dos trabalhos refere-se à tecnologia de aplicação de defensivos. Estudo realizado pela cooperativa Cocamar e os especialistas Marco Antonio Gandolfo (da Uenp e Falm) e Fernando Adegas (Embrapa Soja) apontou que problemas de fácil solução estão ocasionando perdas e reduzindo a eficácia na aplicação de defensivos agrícolas. Dos US\$ 6 milhões movimentados anualmente pelo setor, no País, 10% são desperdiçados por erro de calibragem, o estado dos bicos e a falta de uniformidade da distribuição na pulverização dos produtos.

Numa avaliação minuciosa, praticamente todos os equipamentos são reprovados, fator sentido na própria região da cooperativa, em 2008, quando todos os 90 pulverizadores checados foram reprovados. Desses, 83% apresentaram problemas no manômetro e 65% tinham bicos ruins.

**Cultivar** – O outro projeto, Cultivar, foi implementado há anos pela Cocamar em parceria com o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) e Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sema), Apae e Penitenciária Estadual de Maringá. Seu objetivo é a produção de mudas de espécies nativas para a recomposição de matas ciliares. A iniciativa envolve alunos da

Apae, contratados como funcionários da cooperativa, e internos da penitenciária, cujo trabalho prevê redução de pena.

### Consolidação

O objetivo é ampliar a participação das cooperativas nas próximas edições do Prêmio Mérito Fitossanitário, com base no modelo adotado pela Andav nas revendas. Com essa intenção, a OCB conta com o apoio da Andef e coordenará o processo de avaliação dos projetos no segmento cooperativista, diante do reconhecimento e da importância da premiação na visibilidade das ações do setor no âmbito nacional.

A instituição coordenará a formação de uma comissão técnica na sede do sistema, englobando representantes de entidades ligadas ao cooperativismo e ao agronegócio, universidades, centros de pesquisa e ministérios. Para isso, trabalha na elaboração de um regulamento específico para as cooperativas, definindo-se indicadores quantitativos e qualitativos de avaliação, a estratégia de divulgação e as datas para o encaminhamento dos trabalhos.

Em todo o País, observa-se que iniciativas desenvolvidas por cooperativas têm melhorado a vida de milhares de famílias, com a multiplicação de ações sociais de educação, extensão rural e conscientização socioambiental.

### Responsabilidade

O Ares – Instituto para o Agronegócio Responsável ([www.institutoares.org.br](http://www.institutoares.org.br)) é uma organização brasileira inédita no segmento do agronegócio no mundo. É uma iniciativa de organização e coordenação pró-ativa do agronegócio brasileiro com o objetivo de fomentar o desenvolvimento do setor de forma responsável pelas vias do conhecimento, do diálogo e da comunicação e de levar ao conhecimento amplo da sociedade, seja no Brasil ou no exterior, informação consistente, isenta, legítima e de qualidade sobre a realidade dos processos produtivos do setor no País.

Foi um grupo de 19 associações do agronegócio brasileiro que concebeu e criou, em 2007, o instituto sem fins lucrativos que pudesse ao mesmo tempo ser um centro de geração de conteúdo em sustentabilidade, de comunicação e de diálogo com a sociedade civil para o agronegócio responsável. Enfim, um centro de referência que permitisse ao agronegócio brasileiro lidar de forma eficiente com o panorama mundial, coordenando o entendimento do setor sobre temas-chave, catalisando sua força e exercendo seu devido papel na economia, na sociedade e no mundo. Hoje, são 23 as entidades que compõem o Ares e que representam as mais diversas cadeias produtivas ligadas direta ou indiretamente ao agronegócio.

1. Economista, especialista em Gestão de Cooperativas, gerente de Mercados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).
2. Engenheiro agrônomo, M.Sc., assessor econômico de Mercados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).
3. Administrador rural, especialista em Marketing, assessor econômico de Mercados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB).